



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 10 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### AFINAL, PODE O SUBALTERNO AVALIAR? POSSIBILIDADES DE UM GIRO CONTRA-HEGEMÔNICO COMO OPÇÃO DESCOLONIAL NO CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**Francisco Anderson Carvalho de Lima/Universidade Federal do Ceará**  
**Alcides Fernando Gussi/Universidade Federal do Ceará**  
**Ricardo José Soares Pontes/Universidade Federal do Ceará**

#### Resumo:

A Avaliação de Políticas Públicas é um campo interdependente do Estado e se configura por meio da complexidade ao integrar noções epistêmicas chamadas tradicionalistas, pluralistas e contra-hegemônicas a fim de subsidiar o esforço avaliativo em diferentes correntes teórico-epistemológicas. Contudo, a produção de conhecimento científico, que conforma esse campo, desponta em um sistema-mundo que se funda no colonialismo, inaugurando diversas formas de dominação e violências em nome de um projeto colonial, tais como o epistemicídio. Por conseguinte, essa produção em avaliação ancora-se em aspectos da colonialidade do saber através da hegemonia e supervalorização de conhecimentos eurocentrados. Assim, compreendendo-se, como pressuposto, que o campo se gesta neste âmbito, o qual desenvolve as bases de fenômenos como a Ciência e o Estado ocidentais, este trabalho põe em questão a forma como aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade são considerados ou se articulam no desenvolvimento e aplicação da avaliação. Para tanto, propõe discutir elementos epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais das perspectivas tradicionais, pluralistas e contra-hegemônicas da Avaliação de Políticas Públicas sob a ótica da contracolonialidade e descolonialidade, operando os signos da raça, gênero e Estado-nação como ferramentas coloniais da modernidade e da colonialidade. Metodologicamente, realiza-se a sistematização do campo da Avaliação de Políticas Públicas, discutindo seus limites e possibilidades no âmbito destes fenômenos, gestados no seio da modernidade, por meio da operacionalização dos conceitos de Colonialismo, Subalternidade, Interseccionalidade e Raça a partir de autores(as) como Chakrabarty, Spivak, Collins, Quijano, dentre outros(as), tencionando fundamentar uma crítica da racionalidade para alargar a concepção acerca do Estado e sua consequente interseção com o campo estudado. Como conclusões, observa-se que, apesar de as perspectivas pluralistas e contra-hegemônicas se desenvolverem na tentativa de superar práticas que desconsiderem a vida no exercício da avaliação de políticas, o campo ainda opera com tecnologias coloniais. Portanto, urge incrementar a crítica visando a atualização e o desenvolvimento do campo a fim de estabelecer a possibilidade do exercício descolonial de avaliação.

**Palavras-chave:** Avaliação de Políticas Públicas. Epistemologia. Estudos Descoloniais.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho, de caráter ensaístico, emerge de inquietações no âmbito do estudo e pesquisa no campo da Avaliação de Políticas Públicas, constituindo-se como notas preliminares acerca de uma proposta de discussão político-epistemológica a se desdobrar no campo.

Partimos de questionamentos acerca da disposição do campo científico que legitima e produz os estatutos de conhecimento que conforma a Ciência moderna, os quais restam inscritos na formação de um sistema-mundo imbricado no processo de acumulação primitiva do capital que delinea as noções de Estado e Ocidente a partir do eurocentrismo (WALLERSTEIN, 2011). O desenvolvimento deste sistema-mundo, ademais, se localiza como desdobramento das empreitadas colonialistas europeias contra os povos indígenas, asiáticos e africanos, inaugurando diversas formas de violência colonial, tais como o epistemicídio, o racismo e o sexismo, dentre matrizes diversas de subalternização inscritas como signos da modernidade colonial (MIGNOLO, 2003). Podemos considerar que o amálgama destes aspectos funda um sistema mundo moderno colonial que contingencia o Estado-nação e a Ciência.

Nesse contexto, a Avaliação de Políticas Públicas vem se desenvolvendo inscrita nas modulações do campo científico carregando consigo a insígnia de desdobramentos da ação pública do Estado que, por sua vez, se baliza na conformação dos Estados-nação, isto é, como campo interdependente do Estado.

Ao se lançar um olhar epistemológico para este campo, observamos sua configuração por meio de distintas noções epistêmicas chamadas tradicionalistas, construtivistas, pluralistas e antropológicas, que operam o esforço avaliativo em classificar diferentes correntes teóricas e que, ao mesmo tempo, modulam a ação pública em sua relação com atores sociais que comportam o Estado-nação, traduzindo noções epistemológicas diversas (BOULLOSA *et al.*, 2021).

Se tradicionalmente a avaliação parte de esforços de mensuração atrelados ao aspecto gerencialista, sob a égide do mercado, de demanda por aspectos de eficácia, eficiência e efetividade, constituindo manuais e guias que acabam por desconsiderar as dimensões intersubjetivas da atividade avaliativa, com o desenvolvimento do campo passaram-se a estabelecer modelos, propostas e abordagens com enfoques contra hegemônicos que alargam o campo e a experiência avaliativa, com foco nos aspectos da cultura e na experiência da política por parte dos atores envolvidos, sobretudo em aproximações paradigmáticas com construtivismo, pós-construtivismo e a Antropologia (GUBA; LINCOLN, 2011; GUSSI; OLIVEIRA, 2016;

LEJANO, 2012; RODRIGUES, 2016; BOULLOSA, 2020).

Contudo, em que pese o reconhecido esforço de desenvolvimento do campo empreendido por essas abordagens, compreendendo-se essa inscrição do campo, questionamos como os aspectos relacionados à colonialidade, subalternidade e racialidade, são considerados ou se articulam no desenvolvimento e aplicação no delineamento de saberes e práticas na tessitura da pesquisa em avaliação de políticas públicas.

Assim, neste trabalho, problematizamos a subalternização a partir do argumento de que, no campo avaliativo, o sujeito subalternizado resta por vezes excluído ou instrumentalizado, uma vez que, ao pertencer “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12), figura na disposição do campo científico por meio de assimetrias epistemológicas no seio do jugo colonial que funda a Ciência, a Modernidade e o Estado, os quais, por sua vez, instrumentalizam a raça e o gênero, situando os sujeitos subalternizados abaixo no processo de desenvolvimento do conhecimento científico legitimado.

A partir disto, questionamos se, afinal, mais que participar dos processos avaliativos, o que advém, por exemplo, das avaliações nominadas como participativas (FURTADO, 2001), *pode o subalterno avaliar?* Assim, com este trabalho objetivamos discutir elementos políticos, epistemológicos, metodológicos e teórico-conceituais de diferentes perspectivas e matrizes epistêmicas, tradicionais, construtivistas, pluralistas e antropológicas da Avaliação de Políticas Públicas, na tentativa de construir um giro contra hegemônico a operar a opção descolonial.

Para tanto, este texto se estrutura em notas iniciáticas de forma em que lançamos uma breve apresentação de proposições acerca da colonialidade para situar a opção descolonial, ao desvelar a conformação do sistema-mundo moderno colonial (MIGNOLO, 2003). Em seguida, por meio de um olhar epistemológico (BOULLOSA, 2020) sobre o campo da Avaliação de Políticas Públicas, as caracterizações do campo e a incursão da avaliação na disposição do campo científico a partir da ideia de um antimanual (BOULLOSA *et al.*, 2021). Por fim, lançamos considerações acerca dos desdobramentos dessa possibilidade apontando para a capacidade transformativa da avaliação (GHIANO, 2020) a partir da noção de subalternidade em provocações para a discussão que se segue nas possibilidades de um giro contra hegemônico no campo.

### ***SITUANDO A OPÇÃO DESCOLONIAL***

Dentro da diversidade de estudos que situam a crítica ao aspecto colonial em sua disposição do conhecimento científico legitimado, podemos destacar os chamados estudos

subalternos, a proposta decolonial com o giro decolonial, a posição contracolonial, anticolonial e descolonial.

Convém, contudo, antes de prosseguirmos, situar os sentidos de colonização. Entendendo o colonialismo como o processo de dominação por meio da devastação e genocídio empreendido pela Europa ao redor do globo, com a inscrição do cristianismo e da escravidão como tecnologias de dominação e gestão de guerra (CÉSAIRE, 2020), podemos situar uma organização do mundo em um sistema-mundo colonial moderno sob a égide da modernidade (MIGNOLO, 2003).

Para além do estabelecimento dos Estados-nação e da Ciência, este processo vincula-se ao desenvolvimento do capitalismo por meio da acumulação primitiva no ordenamento da riqueza advinda da exploração e espoliação (WALLERSTEIN, 2011).

Ademais, a fim de atualizar e operar este processo de dominação se impõem também as ficções de raça e do binarismo de gênero (SEGATO, 2012), amalgamando as noções de racismo e determinados patriarcados como tecnologias coloniais sobre os povos a partir de então, sob a égide do eurocentrismo e branquitude, considerados primitivos e inferiores, sobretudo através da redução do sentido africano para o adjetivo *negro*, o que conforme Mbembe (2018) foi talvez a maior violência do processo colonial; da emergência do signo da América onde se localiza *Abya Yala* (PORTO-GONÇALVES, 2009); do apagamento histórico das vicissitudes e desdobramentos da revolução do Haiti na conformação da modernidade em detrimento da revolução francesa, tomada como modelo e marco fundamental moderno (JAMES, 2000); da conformação da branquitude como lugar social de poder e impressão da supremacia racial através da ideologia de branqueamento e manutenção de poder por meio de pactos narcísicos (BENTO, 2002); e, no caso do Brasil, com a fundação de uma identidade nacional em detrimento da identidade negra por meio da democracia racial utilizando-se a mestiçagem como forma de genocídio (NASCIMENTO, 2016; MUNANGA, 2019).

Como se pode observar, há, nesta empreitada uma ideia de subalternização. Assim, no campo dos estudos subalternos, trazemos para a discussão os apontamentos, sobretudo, de Gayatri Spivak e Dipesh Chakrabarty.

Este sujeito subalterno, conforme explicita Spivak ao comentar Guha, diz de um sujeito que não é registrado na história, sendo, por conseguinte, incapaz de incidir como agente histórico em que essa incapacidade é fruto da sistemática ação da formação do Estado (GUHA, 1983 *apud* SPIVAK, 2010).

Ao realizar esta incursão, a autora indiana critica a premissa essencialista de uma autonomia do sujeito, o que localiza na tradição do pensamento gramscista acerca dos processos contra-hegemônicos, tendo em vista que o sujeito é, irredutivelmente, heterogêneo e ademais a disposição do mundo diz respeito a uma sociedade pós-colonial, isto é cindida através do

investimento eurocêntrico, capitalista e de branquitude na formação dos Estados-nação advindo do processo colonial.

Dessa forma, mais do que falar, o sujeito subalterno diz de uma necessidade de ser ouvido (SPIVAK, 2010). Para expressar a materialização deste aspecto, a autora exemplifica a criminalização de ritualísticas empreendida pela colonização inglesa na Índia, na medida em que o ritual de autoimolação das viúvas a partir do falecimento dos maridos é criminalizado na forma da lei, apontando que na conformação desse ato público colonial há o delineamento de um Outro que não é capaz nem de falar nem ser ouvido: a própria mulher na realização do ritual. Essa disposição alarga a ocupação naquele território para além do aspecto mercantil incidindo sobre os regimes de sociabilidade por meio do aspecto salvacionista empreendido por esclarecidos (os homens brancos ingleses) contra os primitivos (as mulheres e homens indianos), restringindo a mulher à objeto de proteção, isto é o corpo depositário da intencionalidade imperialista e colonial materializada na textualidade institucional moderna que mantém a dominação masculina na composição entre imperialismo e patriarcado branco europeu sob a égide da colonialidade.

Neste pensamento, a expressão dessa violência bloqueia a fala e a escuta por meio da subalternidade enquanto país no sentido de que, como assevera Spivak (2010) acerca da divisão internacional do trabalho, as formas de Estado-nação modernas estabelece uma divisão entre mundos que podemos entender como primeiros e terceiros mundos, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, estes os quais no âmago do capitalismo periférico incidem a reticência de existirem mediante sejam constituídos e inseridos na geopolítica do capital como plataformas de acumulação financeira em processos de rentismo neoextrativismo. Um cenário no qual o Banco Mundial, e conseqüentemente seus manuais gerencialistas de avaliação, atualizam a mantém as disposições de colonialidade condicionando os empréstimos e investimentos de escala global à aplicação de avaliações pré-estabelecidas que desconsideram a experiência atinente às políticas e programas.

Assim, o sujeito subalterno se encontra desinvestido de agência e é incapaz de falar ante um investimento de produção de subjetividade massificada em um agenciamento coletivo, quiça ser ouvido, pois sua gramática não é reconhecida pelo regime de sociabilidade empreendido no sistema-mundo moderno colonial. A partir dessa impossibilidade de autoinscrição, o que resta ao sujeito subalterno fora a instrumentalidade colonial eurocentrada?

Em todo este processo de escrita do texto moderno colonial há uma referência à Europa como centro conjugada em países de primeiro mundo, desenvolvidos ou do norte global. É neste sentido que convém situarmos, ainda no âmbito dessa intelectualidade indiana, a ideia de provincializar a Europa.

Essa crítica do grupo de estudos subalternos, localiza primordialmente a escrita da

História, isto é a historiografia que se exerce em pressupostos elitistas, imperialistas e eurocentrados. Assim, se argumenta que para o desenvolvimento de uma história subalterna, a qual se faz imprescindível para desvelar os fenômenos no âmbito de uma sociedade pós-colonial, é necessário que a analítica e gramática do poder seja relativamente dissociada de uma história universalista do capital, tendo em vista que a adoção deste aspecto referencial não dará conta de determinados processos, a severa crítica à formação do sistema de Estado-nação e um irrefreado questionamento entre poder e conhecimento, uma vez que a própria história se inscreve como dispositivo de conhecimento (CHAKRABARTY, 2000).

Neste sentido, ao abordar a formação indiana frente à colonização britânica, o autor argumenta que os mecanismos institucionais conformados na política de elite estabelece uma verticalidade onde se inscreve uma adaptação da sociabilidade indiana ao modelo hegemônico do colonizador e, diante disto, então, a mobilização política subalterna convoca uma horizontalidade em que a sociabilidade se organize por elementos de afinidade que podemos entender como marcadores sociais, tais como territoriais, de classe, gênero, raça, dentre outras, de acordo com as populações e comunidades envolvidas nessa mobilização política subalterna horizontal (CHAKRABARTY, 2000).

Já com relação ao giro decolonial (GROSFOGUEL, 2007), este se estabelece através dos trabalhos do grupo Modernidade/Colonialidade, um grupo latino-americano dissidente de pesquisadores e pesquisadoras dos estudos subalternos que passam a realizar uma estratégia de emancipação epistemológica frente ao epistemicídio, operando, sobretudo, o conceito de colonialidade em seus desdobramentos em colonialidade do poder, do ser e do saber.

Podemos compreender a colonialidade como um modo de dominação advindo do colonialismo, de forma a atualizar os estatutos que fundam a civilização ocidental sob a égide do eurocentrismo, no âmbito da modernidade.

Ao sistematizar este aspecto de colonialidade, Grosfoguel (2009) aponta alguns elementos, dentre os quais se pode destacar uma globalidade na formação de classes oriundas de diversas formas de trabalho escravo e exploração, organizadas pelo capital em âmbito dos mercados mundiais; uma coercitividade alocada na divisão internacional do trabalho estabelecendo relações de centro-periferia; a administração colonial europeia constituída em organizações militares em ocupações políticas nos territórios fora da europa; a hierarquização racial com adoção da branquitude europeia como referência em detrimento aos diversos povos ao redor do mundo; a hierarquização sexual constituída no patriarcado europeu que justifica e estabelece a dominação masculinam e, além disso, adota a heterossexualidade como referência e inscrevendo o gênero como organização de sociabilidades entre os povos; a imposição e estruturação do cristianismo em detrimento das formas espirituais dos povos e comunidades

colonizados; um epistemicídio ao deslegitimar os saberes e cosmologias dos povos colonizados, o que se justifica, se legitima e se atualiza a partir da composição científica e disposição do campo acadêmico; e uma hierarquia linguística a partir das formas de comunicação pela imposição ou constituição das línguas e falas europeias como as falas oficiais dos Estados-nação e da produção de conhecimento, enquanto que as línguas dos povos colonizados são admitidas somente enquanto um folclore ou dissidência cultural e incapaz de se estabelecer enquanto dispositivo de produção de conhecimento.

Assim, podemos depreender que os fundamentos desse dispositivo de colonialidade se processa através de sistemas de hierarquização de pessoas, povos e conhecimentos, adotando-se como referência a Europa, a branquitude, a masculinidade heterossexual e o cristianismo.

Grosfoguel (2009), aponta ainda, que o êxito do sistema-mundo moderno colonial é condicionar os sujeitos subalternos a pensar e se constituírem na busca e referências pelas posições dominantes dos colonizadores. Isso gera os processos de branqueamento, heterossexualidade compulsória, apagamento histórico de conhecimentos e valores cristãos tomados como referência.

De maneira breve, podemos compreender esse dispositivo de colonialidade como a lógica de perpetuação do colonialismo que estabelece a organização da civilização no âmbito do ocidente moderno. Assim, inclusive fazendo referência ao argumento de Fanon (2008), o fim formal do colonialismo, isto é a retirada das tropas coloniais dos territórios, não garante o seu fim, pois este se mantém através de mecanismos diversos ligados à subjetivação e às dinâmicas institucionais.

Dessa forma, em suma, o trabalho desenvolvido pelo grupo argumenta que em que pese a destruição do colonialismo formal com o fim da ocupação territorial, a colonialidade é o dispositivo que atualiza essa dominação como colonialidade do poder, do saber e do ser. Essa atualização de dominação constitui especificamente a colonialidade do poder, a qual conforma uma relação de dependência colonial legitimada pela classificação social a partir da hierarquização racial (QUIJANO, 2009).

Acerca deste processo, Grosfoguel (2009) argumenta, ainda, que os processos de independência não romperam definitivamente a cisão colonial e hierarquização empreendida, o que, dialogando com Quijano, se deve ao conceito de raça que, conforme supracitado, surge como organizador da classificação social entre os povos através da colonialidade do poder. Neste sentido, emerge a colonialidade do saber na medida em que para manter, atualizar e justificar essa supremacia racial, se promove o apagamento e silenciamento por meio da inscrição de formas legitimadas de conhecimento referenciadas nos elementos de colonialidade.

Diante disto, é que se desenvolve a noção de giro decolonial, que se inscreve como o movimento sistemático de resistência aos aspectos mencionados (GROSFOGUEL, 2007). Assim,

a opção descolonial se constitui como uma desobediência epistêmica no sentido de promover o desenvolvimento de um conhecimento não referenciado nestes aspectos possibilitando a compreensão por esta outra via de intervenção nesta realidade colonial na busca por uma emancipação epistemológica (MIGNOLO, 2008).

Já a contracolonialidade emerge no contexto de desenvolvimento de saberes de luta no contexto brasileiro, situando a experiência de aldeias e quilombos na perspectiva de uma confluência em elementos diaspóricos, isto é a materialidade que liga os povos em detrimento do sistema-mundo colonial moderno (SANTOS, 2015).

Essa disposição surge da crítica ao movimento descolonial ou a essa noção de giro decolonial, no sentido que mais do que compreender essa gramática é necessário enfrentá-la e, assim, a disposição contracolonial emerge no compromisso ético de ação política (SANTOS, 2015). Ora, quando consideramos a experiência brasileira e de brasilidade, as quais são inscritas sob o signo colonial, essa subalternidade já é vivenciada antes de se analisar estes aspectos academicamente na formação de grupos de pesquisadores diversos.

A partir disto, Mestre Nêgo Bispo, citado como Santos (2015), nos provoca enquanto interlocutores inscritos no ambiente acadêmico ao esforço de empreender a descolonização do pensamento etnocêntrico, mas também confluir em lutas com os povos nos territórios no sentido de contracolonizar essa dominação colonialista.

Por fim, considerando este processo de raça, sexualidade, gênero e toda a dominação empreendida a fim de manter e atualizar o colonialismo, convém ilustrarmos alguns aspectos.

Sobre este processo de delírio colonial acerca da raça e da emergência dos elementos da branquitude, uma perspectiva de compreensão que nos fornece subsídios valiosos está a compreensão de Krenak (2019) ao considerar o signo do branco como arma biológica, uma vez que durante o processo colonial, mais do que soldados, cada corpo branco enviado para devastar os povos e as terras se constituía, em si, como uma arma biológica ao perpetuar doenças e estupro como tecnologia de guerra.

Com relação à invenção de gênero como instrumento de dominação, cabe destacar o seu estatuto a partir do Ocidente de forma a consolidar a dominação sobre os povos iorubá, os quais não se organizavam a partir desse estatuto e com o advento do colonialismo se cria a categoria de gênero que fundamenta a noção de *mulher*, incidindo sobre a organização cultural e societária (OYĚWÙMÍ, 2021).

Essa violência epistemológica, aliás, no caso dos povos indígenas no Brasil se encena a partir dos estudos sobre essa tecnologia de produção de gênero ao enquadrar as sexualidades indígenas em uma dicotomia entre modernidade e tradição, além do próprio uso do gênero como categoria analítica (MCCALLUM, 2013).

Conjugando essas noções sob o signo de uma colonialidade e situando o Haiti como marco central para entendermos o advento moderno, convém referenciar o trabalho de Lôbo (2020) com imigrantes haitianas no Brasil que, dentre outros aspectos, aponta o racismo e patriarcados como sistema internacional, isto é um estatuto de dominação e violência sob diversos âmbitos que transcende as fronteiras do Estado-nação e atualiza a colonialidade, o que anuncia a necessidade de uma posição internacionalista referenciada na diáspora.

Essas experiências de compreensão apontam possibilidades de constituição analítica inscritas nessa formação nacional, o que, como vemos, se faz necessário para conformar o processo avaliativo como opção descolonial, giro contra-hegemônico ou até mesmo, aprofundando a implicação, atividade contracolonial. Diante disto, é importante situarmos de forma breve essa disposição do campo avaliativo com um olhar epistemológico para em seguida retomarmos as possibilidades do subalterno avaliar.

### ***O CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS***

Acerca da atividade avaliativa, Guba e Lincoln (2011) a classificam em gerações, considerando o contexto de desenvolvimento do campo nos Estados Unidos: uma primeira geração caracterizada pela instrumentalidade técnica ligada ao gerencialismo intimamente ligada à ideia de mensuração e neutralidade; uma segunda geração chamada descritiva exercendo-se a atividade avaliativa em torno da descrição dos fenômenos; uma terceira geração em que se alarga o foco avaliativo em torno dos processos relacionados ao objeto na composição técnica de descrições funcionais deste processo; e uma quarta geração chamada reativa e que empreende relevante mudança na disposição das práticas do campo ao incorporar elementos construtivistas ante a primazia gerencial e quantitativa, elementos pluralistas e a posição ética da figura do avaliador (GUBA; LINCOLN, 2011).

Essa caracterização se tornou clássica nas sistematizações do campo. Contudo, em que pese as diversas perspectivas sobre o desenvolvimento do campo da Avaliação de Políticas Públicas e seus desdobramentos, relacionados aos processos gerencialistas de mercado que conformam o desenvolvimento do Estado neoliberal, nos propomos a lançar o olhar epistemológico de Bouldosa (2020) para a composição do campo em cinco disposições: científico-experimental, gerencialista, participativa, antropológica e axiológica.

Resumidamente, a autora situa a disposição científico-experimental como uma matriz positivista com a objetivação da realidade observável na dissociação entre fatos e valores com uma ideia de conhecimento balizado por evidências experimentais e mensuráveis advinda do processo avaliativo à guisa de uma pretensa neutralidade; já a escola de pensamento gerencialista

ancora-se no funcionalismo, na racionalidade instrumental e na empiria, adotando aspectos positivistas e de análise racional à guisa de eficácia, eficiência e efetividade na Administração Pública em uma pragmática de que o conhecimento avaliativo produzido deve subsidiar a ação do Estado; a composição participativa alinha-se ao construtivismo, no sentido de situar a produção do conhecimento coletivo, pactuado e posicionado dentro do agir comunicativo na busca pelo agenciamento dos atores diversos relacionados com o objeto de avaliação em uma perspectiva democrática do processo; a escola antropológica desenvolve-se na perspectiva da abordagem e estudos culturais com apelo ao método etnográfico na construção de descrições densas de redes de significados acerca do objeto de estudo, territorializando o processo avaliativo; e a escola axiológica advém do reconhecimento da existência de racionalidades múltiplas que incidem nos processos decisórios no âmbito da Gestão Pública, ancorando-se no paradigma crítico e interpretativo com uma ideia de conhecimento normativo e subjetivo balizado pela ideia de valor na materialização dos fatos enquanto fenômenos (BOULLOSA, 2020).

Assim, ao se adotar um olhar epistemológico para o campo observam-se, ao menos, a constituição de cinco escolas: científico-experimental, gerencialista, antropológica, participativa e axiológica (BOULLOSA, 2020; BOULLOSA *et al.*, 2021).

Além disso, há na literatura brasileira outras sistematizações que foram realizadas situando o campo em alguns grupos de abordagem: tradicionalistas, construtivistas e pluralistas (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011), bem como posicionando a avaliação quanto: ao agente que avalia e quem participa do processo de avaliação; à sua natureza; ao momento e ao tipo de problema ao qual se delinea e se busca responder (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Ademais, nos debruçando sobre essa literatura, observamos que essa configuração comporta um movimento de avanço de tecnologias gerencialistas e universalistas sobre países do capitalismo periférico, atrelado a financiamentos internacionais constituindo guias e manuais sistemáticas de avaliação generalizadas, especialmente para a América Latina, se estabelecendo como modelos hegemônicos tradicionalistas, tecnicistas e gerencialistas (FARIA, 2005; TREVISAN; BELLEN, 2008; TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011; GUBA; LINCOLN, 2011; GUSSI; OLIVEIRA, 2015; BOULLOSA *et al.*, 2021).

A adoção dessa perspectiva hegemônica envolve uma série de problemáticas, tais como a negligência aos atores envolvidos nas políticas e programas, reproduzindo e atualizando-se a subalternização dos sujeitos por um agente especialista externo a cumprir uma agenda.

Na perspectiva de romper com esta lógica, se adotam perspectivas pluralistas, nas quais a avaliação se converte em construção coletiva dos diversos atores envolvidos qualificando a ação pública e guiando o processo avaliativo a partir também de suas trajetórias institucionais (GUSSI; OLIVEIRA, 2016) e envolvimento com a política (TINÔCO; SOUZA; OLIVEIRA, 2011).

Diante disto, se observa uma multiplicidade de saberes e posicionalidades frente à atividade avaliativa, a qual vai se constituindo em um movimento de gradativamente ampliar e alargar o aspecto de resposta a demandas configuradas no seio do Estado e materializadas na ação pública para a constituição de saberes e práticas entendidas como dispositivos de produção conhecimento, isto é, a situação da atividade avaliativa para além do aspecto funcional e gerencial de ferramenta de intervenção para desenvolver essas ferramentas a partir da modulação de atividades na construção plural de conhecimentos com agentes e atores diversos inscritos na complexidade dos fenômenos humanos.

Consideramos que este processo gradativo se estabelece principalmente a alguns elementos, dentre os quais: o sentimento pós-constructivista de conformar os dados que constituem a base empirista do processo avaliativo *in loco* (LEJANO, 2012), isto é, no próprio campo de da experiência que materializa a ação pública, o que necessariamente convoca os esforços do avaliador de envolvimento dos agentes sociais no processo político, bem como a perspectiva de incidir sobre o aspecto cultural que enseja a ação pública e política na conformação da política pública, o trazendo para o processo avaliativo na disposição das trajetórias políticas e institucionais (GUSSI; OLIVEIRA, 2016) por meio da descrição densa da experiência da política, inspirados no antropólogo Clifford Geertz, o que advém inclusive dos desdobramentos de uma perspectiva de avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008; 2016); e, por fim, o reconhecimento do aspecto intersubjetivo na valoração das experiências e do processo decisório acerca da ação e usos da política pública.

Identificamos que essas disposições surgem ante a necessidade de transcender o aspecto gerencial e instrumental que muito mais despotencializa e diminui o alcance da atividade avaliativa na conformação de manuais e guias, em um movimento contemporâneo de estabelecer uma ideia de antimanuais (BOULLOSA *et al.*, 2021), isto é, a potencialização do esforço avaliativo levado às últimas consequências como dispositivo de produção do conhecimento engajado.

Contudo, ainda nesta perspectiva, ainda se observa o desdobramento de elementos hegemônicos no campo da avaliação, tais como, a necessária vinculação a um determinado programa e política e resposta a objetivos, não necessariamente se atentando à conformação estatal contemporânea com relação às intervenções.

Na perspectiva posta neste artigo, todavia, o giro contra-hegemônico com relação ao campo se daria a partir de algumas propostas, ao se considerar no plano processual avaliativo: o ordenamento contemporâneo das intervenções estatais que modulam a ação pública e a vida social em regimes de sociabilidade, as relações de poder conformadas em jogos de interesse, o universo cultural dos sujeitos envolvidos na política, a formação de outra agenda a partir da ação política

social dos agentes diversos. Tais elementos, em seu conjunto, criam uma avaliação implicada (BOULLOSA *et al.*, 2021) ao cotidiano institucional e extra institucional da política, impressa na construção de trajetórias institucionais associadas às trajetórias de vida dos agentes, em uma avaliação participativa que articula texto (da política) e contexto (dos atores), e que permite o desenvolvimento de novos indicadores socioculturais construídos, sobretudo, com etnografias, enfatizando a cultura no processo da política pública (GUSSI; OLIVEIRA, 2015; 2016).

Ademais, conforme bem observado por Ghiano (2020), esse processo avaliativo incide uma capacidade transformadora da realidade social. Reconhecendo e aprofundando esse aspecto, convém, então, desvelarmos os elementos sociais que conformam um mundo sob uma dinâmica colonial de legitimação e atualidade da violência e opressões diversas que ensejam os processos de dominação inaugurados pelo colonialismo e mantidos através da colonialidade do poder, do saber e do ser na inscrição de um sistema-mundo que escreve um texto moderno de supremacia econômica, racial e sexual em formas de governamentalidade que despejam sobre corpos considerados anormais uma violência total, além da expropriação e espoliação da terra e dos saberes. Afinal, como aponta Boullosa (2020), ao lançar o olhar epistemológico para o campo, há o desenvolvimento de um futuro engajado no processo de democratização das sociedades, o que se inscreve, sobretudo, na democratização do conhecimento, e, portanto, do conhecimento em avaliação de políticas públicas.

Diante disto, questionamos como e onde se situam os atores e agentes do campo da Avaliação de Políticas Públicas frente a esse cotidiano de subalternização, violência e colonialidade, dispondo a provocação de nos perguntarmos se afinal, pode o subalterno avaliar?

### ***AFINAL, PODE O SUBALTERNO AVALIAR?***

O desenvolvimento destes estudos no campo da Teoria Social e da política que se dão por meio do reconhecimento dos dispositivos colonialistas e da atitude emancipatória, seja no campo da luta política seja no campo epistemológico, vem conformando saberes que tangenciam a prática avaliativa de políticas e discussões do Campo de Públicas, tendo em vista que as políticas públicas materializam a ação pública em mecanismos de regulação de direitos e aspectos inerentes à disposição do Estado. É importante ressaltar que isso torna imprescindível o desenvolvimento de esforços no Campo para além do próprio acesso de sujeitos subalternos no ambiente acadêmico, que ainda detém a primazia pela atividade avaliativa no sentido de pesquisa. Como Santos (2015), inclusive, nos provoca, a própria disposição da ritualística científico-acadêmica anuncia uma colonialidade.

Neste sentido, por meio dessas notas reflexivas iniciáticas, observamos algumas

perspectivas que consideramos necessárias ante essa condição de subalternidade: a disposição de hierarquias a partir da composição de um sistema-mundo colonial moderno, a atualização do colonialismo por meio dos dispositivos da colonialidade, o eurocentrismo, o racismo e o cisheteropatriarcado, ancorados nessa dominação, e uma geopolítica do capital que institui modos de relação dependentes entre os Estados-nação. Mas como realizar a decomposição destes aspectos a partir do processo avaliativo de políticos? Aliás, é possível realizar essa decomposição? Em outras palavras, como ou é possível, descolonizar, no Campo de Públicas, a partir da avaliação?

Tendo em vista a proposição de Quijano (2014), que situa como as noções de raça e racismo se constituem como o princípio organizador que estrutura essas múltiplas hierarquias, comecemos por aí, em particular para o momento a negritude, uma vez que o Brasil se configura como o maior país negro fora do continente africano.

Fanon (2008), ao se debruçar sobre o processo de subjetivação do racismo, aponta para duas dimensões do fenômeno: uma econômica e outra que se dá pela epidermização da inferioridade. Diante disto, convém adotarmos um sentido de descolonizar que consiga abarcar estes elementos e, assim, situamos que a descolonização é a devolução do valor total expropriado do trabalho escravo e das terras nativas, na medida da constituição de uma dívida impagável inscrita neste texto moderno que despeja uma violência total descarregada no corpo racial (SILVA, 2019). Isso atualiza esse projeto colonial por meio da fundação do arquivo racial-colonial-sexual, na medida em que se institui uma economia que engendra riqueza e pobreza, mas perpassa também o governo com a raça, com o sexo, com o gênero e com a religião, isto é na impressão da cultura.

Essa proposição aponta para o aspecto econômico materializado no processo de subjetivação racial conformado pelo Estado-nação na disposição da colonialidade. Ora, a formação jurídico-institucional que encarna esse projeto colonial, e que chamamos Estado, se inscreve na geopolítica do capital por meio da constituição de um sistema de dependência na qual os Estados-nação do capitalismo periférico, que são os alvos das empreitadas coloniais, depositários da diáspora da escravidão negra e da violência e espoliação contra seus povos nativos (CÉSAIRE, 2020), e, nesse sentido, se organizam como plataformas de acumulação financeira, o que nada mais é do que a instrumentalização de corpos raciais generificados, inseridos no sistema-mundo colonial moderno como instrumentos financeiros do capital global.

Inclusive, essa generificação é necessária para o delineamento deste processo no sentido de que a mestiçagem subsidia a subalternização (SILVA, 2019), na constituição dos sujeitos chamados pardos, o que é crucial para a formação da identidade nacional brasileira, fundada na ideia de mito da democracia racial e no desenvolvimento de um corpo social pautado no

branqueamento, o que anuncia aí uma disposição colonial com referência no masculino europeu universal heterossexual.

Esse texto colonial moderno escreve um código que anuncia, para além de uma dívida impagável, um fim do mundo, e comporta a organização societária e da própria vida psíquica, a qual, surge alienada e violentada sob a égide da Psicopatologia no arquivo racial e na disposição arquitetônica manicomial dos mecanismos de regulação da vida, tais como as políticas públicas, instrumentos de gestão da vida e da morte materializados na ação pública sobre corpos subalternizados.

Retomando esse olhar epistemológico do campo da avaliação de políticas públicas, se Ghiano (2020), Lejano (2012), Rodrigues (2016), Guba e Lincoln (2012) e Gussi e Oliveira (2016) apontam a incontornável acepção das dinâmicas intersubjetivas na conformação da avaliação de políticas, com foco na experiências dos atores, é diante da opção descolonial, que propomos, para o campo, a realização de um giro – ou uma gira – que desvele esse aspecto ante o Estado-nação de forma a desdobrar elementos alargados no campo avaliativo ante a supremacia racial-sexual atualizada sob o julgo de uma colonialidade.

Assim, considerando o planejamento e o próprio processo de avaliação de políticas, para além da inclusão de subalternizados, nos debruçamos sobre a perspectiva de sujeitos subcomuns, o que subsidia uma atitude política frente a esse fim do mundo, isto é, uma atitude ético-política de não só acabar com este mundo na perspectiva da destruição do ponto de vista que justifica o colonialismo (HARNEY; MOTEN, 2017a).

Neste sentido, faz-se necessário, antes de tudo, situar a crítica às políticas públicas na medida em que são colocadas como formas de reparação no âmbito da governança, isto é, como estatuto de regulamentação da vida política instaurada pela branquitude (HARNEY; MOTEN, 2017b). Elas são, inclusive, delineadas sobre esse sujeito universal do texto moderno (SILVA, 2019) que, no caso do negro, comporta-o como subalternizado senão pela condição de negro-tema em detrimento de negro-vida, isto é, o corpo negro como objeto indiscriminado da pesquisa científica e da ação pública, manipulado, observável e não não considerado enquanto sujeito em sua vida (GUERREIRO RAMOS, 1995).

Por fim, situamos a dimensão da interseccionalidade, isto é, a lente da indissociabilidade entre as opressões de raça, classe e gênero, entre outras, articuladas nas matrizes de dominação (COLLINS; BILGE, 2021), como ferramenta analítica, em que passamos para a vivência desse componente racial a partir também do gênero. Nesta perspectiva, compreendemos que a vivência destes elementos se comporta de forma indissociada e tomando mais uma das inspirações do pensamento pós-colonial e também contracolonial, situamos a territorialização no aspecto de brasilidade.

Assim, remontamos a Gonzalez (1984) ao desvelar o processo colonial de instituição de brasilidade ao, mais do que se perguntar se o subalterno – mais precisamente a subalterna – pode ou não falar e ser ouvido, falar. E ao fazer isso situar as dimensões reticentes da mulher negra brasileira inscrita no projeto de país como mãe preta, mulata e mucama, desdobrada enquanto criada ou doméstica e, por vezes, ama-de-leite, que se desdobra como a verdadeira mãe ou a responsável pela função materna do país (GONZALEZ, 1984). Ao desvelar essas figuras de dominação sobre a experiência subjetiva e assimilação da mulher negra no projeto brasileiro por meios da conjugação com a teoria psicanalítica, Gonzalez (1984) localiza o significante da experiência negra como disparador da brasilidade, o que, no âmbito da neurose cultural brasileira, é encenado por meio do recalque.

Ademais, conforme podemos compreender a partir do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), esse aspecto racial e racista conforma a organização societária pós-abolição na composição de uma estrutura de classe que engendra a situação de pobreza vivenciada pela população negra no país.

Entnedemos, pois, que a compreensão destes aspectos alarga o compromisso e possibilidade de atuação avaliativa no país não somente com a participação dos subalternos e sim a partir dos subalternos em que os mesmos se constituam como avaliadores, uma vez que, mesmo que essas perspectivas pluralistas da Avaliação de Políticas configurem um campo interdisciplinar e diverso, elas, desde o ponto de vista aqui exposto, mantêm o ranço da matriz colonial ao circular o conhecimento no campo da pesquisa científica e acadêmica ou na elaboração de avaliação sob a demanda dos governos.

Tomando a provocação contracolonial de Mestre Nêgo Bispo, o que nos faz desenvolver o campo ainda nestes espaços e não em alianças e confluências com a luta dos povos? Por mais que o desvelamento de elementos analíticos experienciais, a partir da conjugação do método experiencial com a avaliação em profundidade, das descrições densas com foco na trajetória dos atores e agentes nas dinâmicas da cultura institucional das políticas, dos elementos advindos do valor inerente ao processo decisório, do desenvolvimento de estratégias participativas e avaliação territorializada no campo material da política, dentre outros aspectos, desloquem o ranço gerencial da avaliação, mais que uma pesquisa militante avaliativa podemos observar, fazendo referência a Ghiano (2020), a necessidade de uma implicação para a transformação social no sentido conjurar a violência colonial que estabelece a dívida impagável e comporta a inscrição deste fim do mundo (SILVA, 2019).

Ademais, aprofundando o caráter de subalternização ou possibilidade de fala, escuta e silenciamento, convém situarmos os episódios de racismo cotidiano, empreendidos por Kilomba (2019), ao colocar a tecnologia do uso da máscara sobre a escravizada que, para além da proibição

de alimentação, está implícita a manutenção do silêncio na impossibilidade de se manifestar e, ainda nessas memórias da plantação, mais à frente questionar quem pode falar e, mais do que isso, não saber. Essa ideia de *plantation* estabelecida por essa dinâmica colonial sob a égide da branquitude aponta para um fim do mundo, o que convoca o reposicionamento dos estatutos de saber e, inclusive, de circulação pelos espaços.

Assim, o mundo está findo no advento da colonialidade que se faz via obliteração da experiência racial na constituição do Estado-nação brasileiro e nós, avaliadores, o que faremos? Sobretudo, quando subalternos que não restamos inscritos no espaço acadêmico, o que faremos com uma tese em avaliação?

Ao contrário do que dissociar a importância do desenvolvimento da pesquisa de uma implicação, essas provocações remontam um possível equívoco que é sistematizar e construir o Campo de Públicas sem levar em consideração a matriz colonial que o dispõe.

Fazendo referência aos esforços analíticos ilustrados nos tópicos anteriores, remontamos ao exercício analítico de Mestre Nêgo Bispo a fim de inspirar uma avaliação contracolonial inscrita nos desvelamentos brasileiros, tendo em vista que em *Colonização, quilombos, modos e significações*, desvela essa brasilidade a partir da colonização com o catolicismo, das empreitadas de dominação dos povos indígenas com tentativas de genocídio e escravidão, do caráter central da tecnologia da escravidão na formação social e econômica, a democracia racial, a mestiçagem e os projetos de desenvolvimento ensejados no seio do Estado brasileiro, advindos do regime de exploração capitalista, tudo isso subsidiando uma analítica para a luta contracolonial (SANTOS, 2015).

Dessa forma, a fim de empreender possibilidades de um giro contra-hegemônico com a conformação de um processo avaliativo da subalternidade, ensejamos o desenvolvimento de uma sistematização de práticas no campo inscritas, inicialmente, na formação colonial do Estado-nação brasileiro e passando pelos ementos de fundação desse Estado, a saber a ficção racial e de gênero, a mestiçagem à guisa da democracia racial, a tecnologia da escravidão, a posicionalidade dos sujeitos subalternos, dentre outros, isto é irrefreável consideração da matriz colonial para engendrar o processo avaliativo.

### ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

No sentido de trazer provocações para a atualização e conformação do campo, foi elaborado ensaio com breves elementos analíticos que situam a matriz colonial na conformação do campo científico em sua dimensão tangenciada na Avaliação de Políticas Públicas. Foram

apresentadas notas iniciáticas sobre algumas perspectivas que se debruçam sobre o processo colonial e dos dispositivos da colonialidade que mantêm e atualizam esses aspectos de dominação e conformam o Estado e a Ciência, aspectos intimamente ligados à atividade avaliativa no Campo de Públicas.

Observamos, no desenvolvimento do campo da Avaliação de Políticas Públicas, a tentativa de alargar o alcance avaliativo para além de manuais e guias com a conformação de saberes e práticas que levam em consideração o aspecto cultural, as dinâmicas institucionais, as trajetórias, dentre outros aspectos, em uma perspectiva construtivista, pluralistas e participativa em forma de contra hegemonia.

Ao sistematizar brevemente este campo e inscrevê-lo no cotidiano brasileiro, observamos a necessidade de desvelar e conjurar essa brasilidade como projeto colonial a fim de empreender um esforço avaliativo onde o subalterno avalie, mais do que participe do processo.

Isso seria possível por meio de um giro contra hegemônico com o necessário desvelamento e consideração dessa matriz colonial, apontando para a capacidade transformadora da avaliação, entendendo, ainda, as dinâmicas coloniais da ação pública, bem como a inscrição de caminhos diversos possíveis para fazer frente a tal. Dentre os quais, foram apresentados, neste ensaio, ainda de que forma breve e com proposições iniciáticas, a opção descolonial com o giro decolonial, a proposição de Spivak e Chakrabarty das possibilidades do subalterno – ou poderíamos dizer, a subalterna – falar e fazer agência e provincializar a Europa, respectivamente, e a posição contracolonial. Portanto, urge incrementar a crítica visando a atualização e o desenvolvimento do campo a fim de estabelecer a possibilidade do exercício descolonial de avaliação de políticas públicas.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, São Paulo, 2002. 169f. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento\\_do\\_2002.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Por um olhar epistemológico para a avaliação em políticas públicas: história, teoria e método. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 9-37, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/aval/article/view/61647/162641>. Acesso em: 14 mai. 2021.

BOULLOSA, Rosana de Freitas et al. Por um antimanual de avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, e100521, 2021. Disponível em: <https://www.rbaval.org.br/journal/rbaval/article/doi/10.4322/rbaval202110005>. Acesso em: 14 mai. 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAKRABARTY, Dipesh. Introduction: the idea of provincializing Europe. In: \_\_\_\_\_. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2000. p. 3-23. Disponível em: <http://assets.press.princeton.edu/chapters/i8507.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FURTADO, Juarez Pereira. Um método construtivista para a avaliação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 165-181, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PMw3HTMsmxzHLsJYWYdS6Bp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GHIANO, Celeste. La capacidad transformativa de la Evaluación. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 4, n. 18, p. 138-153, 2020. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58753/1/2020\\_art\\_cghiano.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/58753/1/2020_art_cghiano.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

GROSFOGUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, Londres, v. 21, n. 2-3, p. 211-223, 2007. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09502380601162514>. Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 41-91, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3428/2354>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. **Avaliação de quarta geração**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GUERREIROS RAMOS, Alberto. **Introdução à sociologia crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.83-101, 2016. Disponível em: [https://inctped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Gussi\\_Oliveira.pdf](https://inctped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Gussi_Oliveira.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS**, 1, 2015, Brasília. Anais... Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. Disponível em: [https://www.anepcp.org.br/acp/anaiseneepcp/20161128173253\\_sl\\_alcides\\_fernando\\_gussi.pdf](https://www.anepcp.org.br/acp/anaiseneepcp/20161128173253_sl_alcides_fernando_gussi.pdf). Acesso em: 14 mai. 2021.

HARNEY, Stefano; MOTEN, Fred. El planear y las políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Los abajo communes**: planear fugitivo y estudio negro. Cidade do México: Cooperativa Cráter Invertido, 2017a. p. 107-126. Disponível em: [https://transversal.at/media/AComunes\\_WEB\\_pags.pdf](https://transversal.at/media/AComunes_WEB_pags.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Negritud y gobernanza. In: \_\_\_\_\_. **Los abajo communes**: planear fugitivo y estudio negro. Cidade do México: Cooperativa Cráter Invertido, 2017b. p. 71-90. Disponível em: [https://transversal.at/media/AComunes\\_WEB\\_pags.pdf](https://transversal.at/media/AComunes_WEB_pags.pdf). Acesso em: 18 jul. 2021.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

LÔBO, Jade Alcântara. **Para além da imigração haitiana**: racismo e patriarcado como sistema internacional. Curitiba: Appris, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCALLUM, Cecília. Nota sobre as categorias "gênero" e "sexualidade" e os povos indígenas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 41, p. 53-61, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Cdt3gzm6ZQwGLtFXXqLVQHf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 14 jul. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processos de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 25-30, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231/10939>. Acesso em: 18 jul. 2021.

QUIJANO, Aníbal. “Raza”, “etnia” y “nación” en Mariátegui: cuestiones abiertas. In: \_\_\_\_\_. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140507040653/eje3-7.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-294, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v46n5/a05v46n5.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/download/31893/18057>. Acesso em: 18 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008\\_art\\_lcrodrigues.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22510/1/2008_art_lcrodrigues.pdf). Acesso em: 04 ago. 2021.

SANTOS Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **e-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, s.p., 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo/Living Commons, 2019. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

TINÔCO, Dinah dos Santos; SOUZA, Lincoln Moraes de; OLIVEIRA, Alba Barbosa de. Avaliação de Políticas Públicas: modelos tradicional e pluralista. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 15, n. 2, p. 305-313, 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/847/869>. Acesso em: 14 mai. 2021.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I**: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 2011. Disponível em: [https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/495082/mod\\_resource/content/1/Wallerstein-Modern%20World-System%20I.pdf](https://dl1.cuni.cz/pluginfile.php/495082/mod_resource/content/1/Wallerstein-Modern%20World-System%20I.pdf). Acesso em: 14 mai. 2021.